



CONTRATO DE ADESÃO PARCERIA Nº 12 /2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30 /2020

CONTRATO DE ADESÃO PARCERIA DO CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RONDÔNIA, PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS PROFISSIONAIS;

CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RONDÔNIA – CRO/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 05.896.444/0001-70, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 508, Bairro Caiari, Porto Velho/RO, CEP: 76801-170, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente JOSÉ MARCELO VARGAS PINTO;

CONTRATADO: FR CORRETORA DE SEGUROS EIRELI, com CNPJ sob o nº 28.174.034/0001-11, com endereço na Rua Gregorio de matos, nº 774, Bairro São Lourenço, Curitiba/PR, CEP 82200-110, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, de acordo com os poderes de representação legal que lhe é de direito.

As partes pactuam o presente contrato, cuja celebração será regida pelas Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, com fundamento específico no art. 6º, I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atendidos os itens especificados em cláusulas e nas condições que se seguem.

1. OBJETO

Cláusula 1ª O objeto do contrato é a concessão de descontos no fornecimento produtos e serviços, beneficiando com descontos reais a classe dos Cirurgiões dentistas, técnicos e auxiliares deste Estado, visando exclusivamente o interesse público na concessão de benefícios, sendo o descontos conforme Proposta de Credenciamento em anexo.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 2ª Este Contrato não estabelece nenhuma relação de sociedade ou associação entre as Partes, e não será atribuída a nenhuma das partes deste Contrato qualquer obrigação ou responsabilidade no lugar ou em nome da outra.

Cláusula 3ª As estipulações contidas no presente Contrato não poderão, ainda, ser interpretadas pelo CONTRATADO, seus prepostos, empregados, agentes, representantes, sócios ou terceiros, como constitutivas de relação empregatícia, por tratar-se de relação jurídica de natureza pública sem fins lucrativos, ou seja, não há pagamento por parte do CONTRATANTE.

Cláusula 4ª Não haverá contrapartida obrigacional alguma por parte do CONTRATADO à concessão dos descontos mencionados neste termo.



Cláusula 5ª As Partes não poderão ceder, transferir ou sub-rogar os direitos e obrigações deste instrumento, sem o prévio e expresso consentimento da outra Parte.

Cláusula 6ª Os benefícios oferecidos em decorrência da presente Parceria serão exercidos sem vínculo empregatício entre as Partes.

Cláusula 7ª As Partes só poderão fazer menção à marca ou denominação social de outra Parte em hipóteses diretamente relacionadas ao escopo do presente Contrato.

Cláusula 8ª A não exigência, por qualquer das Partes, do cumprimento de qualquer Cláusula ou condição estabelecida nesta Parceria será considerada mera tolerância, não implicando sua revogação nem constituindo novação, mantendo-se o direito de ser exigido, a qualquer momento, o seu cumprimento.

Cláusula 9ª Este contrato tem vigência pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses da data de sua assinatura, podendo ser renovado por igual período, mediante Termo Aditivo, por vontade das Partes.

3. DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

Cláusula 10ª O CONTRATANTE se responsabilizará em divulgar o CONTRATADO e os respectivos descontos aos profissionais registrados através de seus meios de comunicação institucionais (site, revista, newsletter, redes sociais e outros pertinentes), sem qualquer ônus ao CONTRATADO.

4. DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

Cláusula 11ª O CONTRATADO se responsabilizará a cumprir os termos do instrumento contrato.

Cláusula 12ª É facultado ao CONTRATADO enviar semestralmente ao CONTRATANTE relação das aquisições realizadas pelos beneficiários, a fim de levantamento sobre a adesão de usuários.

Cláusula 13ª O CONTRATADO permitirá a utilização por parte do CONTRATANTE e deverá encaminhar arquivo com logomarca para a divulgação do credenciamento no site institucional e utilização nas divulgações dos benefícios aos profissionais por outros meios de comunicação a serem utilizados, quando de interesse do CRO-RO.

5. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula 14ª Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

6. RESCISÃO

Cláusula 15ª A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a possibilidade de sua rescisão,



a critério da Administração, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, sendo devidamente motivada nos autos do processo e assegurado o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO.

Cláusula 16ª A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Cláusula 17ª A rescisão poderá determinada por ato unilateral da Administração, não acarretando prejuízos às partes.

7. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Cláusula 18ª A execução deste contrato, bem como nos casos nele omissos, serão regulados pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 c/c art. 55, XII, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Cláusula 19ª Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE conforme demais normas prescritas legalmente.

8. DO FORO

Cláusula 20ª As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal de Porto Velho/RO para dirimir quaisquer dúvidas, omissões ou litígios oriundos do presente Contrato que não possam ser resolvidos administrativamente, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, é lavrado o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma (CONTRATANTE, CONTRATADO, GESTOR), o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelo CONTRATANTE e CONTRATADO, rubricando-se todas as páginas, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução.

Porto Velho/RO, 25 de setembro de 2020.


CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RONDÔNIA
PRESIDENTE

FR CORRETORA DE SEGUROS EIRELI
CONTRATADO



ANEXO
PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO

FR CORRETORA DE SEGUROS EIRELI, com CNPJ sob o nº 28.174.034/0001-11, com endereço na Rua Gregorio de matos, nº 774, Bairro São Lourenço, Curitiba/PR, CEP 82200-110, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, de acordo com os poderes de representação legal que lhe é de direito, apresenta a seguinte proposta para credenciamento de fornecimento produtos e serviços, concedendo, para tanto, os descontos de disciplinados na minuta padrão de contrato, conforme lista de produtos e/ou serviços abaixo.

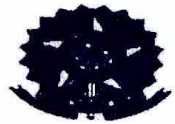
Os descontos abaixo estabelecidos serão concedidos aos profissionais registrados no Conselho Regional dos Cirurgiões dentistas, técnicos e auxiliares no Estado de Rondônia e adimplentes com suas anuidades, identificados através da apresentação da cédula de identidade profissional do titular deste Conselho.

TABELA DE PREÇOS

Nestes termos, firmo o presente.

Porto Velho/RO, 25 de setembro de 2020.

FR CORRETORA DE SEGUROS EIRELI
CONTRATADO



CONTRATO DE ADESÃO PARCERIA Nº 14/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 70/2020

CONTRATO DE ADESÃO PARCERIA DO CONSELHO
REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RONDÔNIA, PARA
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS AOS PROFISSIONAIS;

CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RONDÔNIA – CRO/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 05.896.444/0001-70, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 508, Bairro Caiari, Porto Velho/RO, CEP: 76801-170, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente JOSÉ MARCELO VARGAS PINTO;

CONTRATADO: FR CORRETORA DE SEGUROS EIRELI, com CNPJ sob o nº 28.174.034/0001-11, com endereço na Rua Gregorio de matos, nº 774, Bairro São Lourenço, Curitiba/PR, CEP 82200-110, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, de acordo com os poderes de representação legal que lhe é de direito.

As partes pactuam o presente contrato, cuja celebração será regida pelas Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, com fundamento específico no art. 6º, I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atendidos os itens especificados em cláusulas e nas condições que se seguem.

1. OBJETO

Cláusula 1ª O objeto do contrato é a concessão de descontos no fornecimento produtos e serviços, beneficiando com descontos reais a classe dos Cirurgiões dentistas, técnicos e auxiliares deste Estado, visando exclusivamente o interesse público na concessão de benefícios, sendo o descontos conforme Proposta de Credenciamento em anexo.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 2ª Este Contrato não estabelece nenhuma relação de sociedade ou associação entre as Partes, e não será atribuída a nenhuma das partes deste Contrato qualquer obrigação ou responsabilidade no lugar ou em nome da outra.

Cláusula 3ª As estipulações contidas no presente Contrato não poderão, ainda, ser interpretadas pelo CONTRATADO, seus prepostos, empregados, agentes, representantes, sócios ou terceiros, como constitutivas de relação empregatícia, por tratar-se de relação jurídica de natureza pública sem fins lucrativos, ou seja, não há pagamento por parte do CONTRATANTE.

Cláusula 4ª Não haverá contrapartida obrigacional alguma por parte do CONTRATADO à concessão dos descontos mencionados neste termo.



Cláusula 5ª As Partes não poderão ceder, transferir ou sub-rogar os direitos e obrigações deste instrumento, sem o prévio e expresso consentimento da outra Parte.

Cláusula 6ª Os benefícios oferecidos em decorrência da presente Parceria serão exercidos sem vínculo empregatício entre as Partes.

Cláusula 7ª As Partes só poderão fazer menção à marca ou denominação social de outra Parte em hipóteses diretamente relacionadas ao escopo do presente Contrato.

Cláusula 8ª A não exigência, por qualquer das Partes, do cumprimento de qualquer Cláusula ou condição estabelecida nesta Parceria será considerada mera tolerância, não implicando sua revogação nem constituindo novação, mantendo-se o direito de ser exigido, a qualquer momento, o seu cumprimento.

Cláusula 9ª Este contrato tem vigência pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses da data de sua assinatura, podendo ser renovado por igual período, mediante Termo Aditivo, por vontade das Partes.

3. DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

Cláusula 10ª O CONTRATANTE se responsabilizará em divulgar o CONTRATADO e os respectivos descontos aos profissionais registrados através de seus meios de comunicação institucionais (site, revista, newsletter, redes sociais e outros pertinentes), sem qualquer ônus ao CONTRATADO.

4. DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

Cláusula 11ª O CONTRATADO se responsabilizará a cumprir os termos do instrumento contrato.

Cláusula 12ª É facultado ao CONTRATADO enviar semestralmente ao CONTRATANTE relação das aquisições realizadas pelos beneficiários, a fim de levantamento sobre a adesão de usuários.

Cláusula 13ª O CONTRATADO permitirá a utilização por parte do CONTRATANTE e deverá encaminhar arquivo com logomarca para a divulgação do credenciamento no site institucional e utilização nas divulgações dos benefícios aos profissionais por outros meios de comunicação a serem utilizados, quando de interesse do CRO-RO.

5. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula 14ª Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

6. RESCISÃO

Cláusula 15ª A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a possibilidade de sua rescisão,



a critério da Administração, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, sendo devidamente motivada nos autos do processo e assegurado o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO.

Cláusula 16ª A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Cláusula 17ª A rescisão poderá determinada por ato unilateral da Administração, não acarretando prejuízos às partes.

7. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Cláusula 18ª A execução deste contrato, bem como nos casos nele omissos, serão regulados pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 c/c art. 55, XII, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Cláusula 19ª Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE conforme demais normas prescritas legalmente.

8. DO FORO

Cláusula 20ª As partes elegem o foro da Seção Judiciária Federal de Porto Velho/RO para dirimir quaisquer dúvidas, omissões ou litígios oriundos do presente Contrato que não possam ser resolvidos administrativamente, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, é lavrado o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma (CONTRATANTE, CONTRATADO, GESTOR), o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelo CONTRATANTE e CONTRATADO, rubricando-se todas as páginas, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução.

Porto Velho/RO, 25 de setembro de 2020

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RONDÔNIA

PRESIDENTE

FR CORRETORA DE SEGUROS EIRELI
CONTRATADO


WILSON D. LIMA
OAB/RO nº 6.792

